

Sociólogos explicam causas de uma eventual rebelião

Está o País à beira de uma revolta social?

Moisés Espírito Santo, Catedrático Jubilado da Universidade Nova

■ «Corre-se o risco ou vai finalmente surgir uma “oportunidade” de as massas populares se manifestarem?»

Rui Albuquerque, doutorado em Ciência Política

■ «O Estado continuará a “pôr a mão por baixo”

Rosado Fernandes, professor universitário

■ «A crise mundial trouxe a desculpa ideal para a incompetência, propaganda do facilitismo e mentira»

Boaventura Sousa Santos, sociólogo

■ «A rebelião poderá surgir se o sistema político se revelar totalmente irresponsável e bloqueado»

Pedro Góis, investigador do Centro de Estudos Sociais da Univ. de Coimbra

■ «Neste momento já estamos a assistir a uma revolta social»

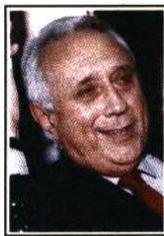
ANA CLARA

PODE o nosso País, pela falta de transparência, conhecer, a prazo, um clima de revolta e acontecimentos graves? O cenário, posto em cima da mesa, pelo antigo Presidente da República, **Mário Soares**, não é, de todo impossível. «Espero que se saiba o que se passou no BPP e no BPN. Tudo tem de ser esclarecido. É preciso transparência no País, senão é impossível haver confiança. Isso gera revolta e não estamos imunes que isso aconteça em Portugal», disse.

Moisés Espírito Santo, Professor Catedrático Jubilado da Universidade Nova de Lisboa, **Boaventura Sousa Santos**, sociólogo, **Pedro Góis**, investigador e **Rosado Fernandes**, professor universitário, falam a «O DIABO» sobre o que está a acontecer no País e na sociedade portuguesa, fruto desta crise intensa e duradoura que vivemos.

«O estado da Nação é já há séculos deficitário»

Rosado Fernandes, professor universitário, diz que «é evidente que Portugal pode correr esse risco sobretudo pelo ambiente desmoralizante que se respira e pela ignorância que reina». «Passaram já mais de trinta anos sobre uma revolução que veio acentuar os traços muito negativos já preexistentes, agora acentuados, com melhorias razoáveis no domínio da liberdade individual, mas inutáveis no que toca a uma visão do mundo e no que este tem de positivo e de negativo. A luta con-



tra a pobreza não significou um esforço colectivo para dela se fugir, mas num esquecimento de valores, sem os quais o Ocidente virá a ter muitas dificuldades. Agora a crise mundial trouxe a desculpa ideal para a incompetência, propaganda do facilitismo e mentira», avisa.

Rosado Fernandes refere que «para chegarmos a um estado caótico são necessários bons agitadores que preguem que o impossível pode ser concretizado, e peguem nos públicos vícios ignorados pela Justiça e que se têm propagado como fungos destrutivos».

Acrescenta que «a separação de poderes (judicial, legislativo, executivo), quando não concretizada nem respeitada, conduz, já os pensadores de há três séculos ou mais o escreviam, à tirania: de um só, de poucos (oligarquia) ou de muitos dominados por poucos. As experiências portuguesas do século XX atestam-no, temos agora o habitat ideal para os instintos persecutórios e vingativos do ser humano».

«Quanto ao “cansaço”, preferia substituí-lo por “aborrecimento”, porque a produtividade portuguesa, no geral, não tem melhorado devido aos maus exemplos da classe dirigente», considera.

O antigo eurodeputado sublinha que nunca pensou «que uma rebelião fizesse bem fosse a quem fosse, porque é um fenómeno tão perverso que acaba

por matar os que a provocam, e como é sabido e há que repeti-lo acentua os traços negativos dos povos, a menos que após a sua concretização, qual quer catástrofe lhe suceda e mostre que tudo, mesmo tudo, tem limites, sobretudo a suposta felicidade de destruir os inimigos do povo. A guerra civil de Espanha é um exemplo, entre muitos».

Rosado Fernandes sustenta que «o estado da Nação é já há séculos deficitário, quando não em bens, em liberdade». «Nunca conseguimos tirar proveito da riqueza, da sua distribuição, do combate à pobreza, e do equilíbrio político no contexto internacional, para que tivéssemos uma vida normal. Até a entrada para a Europa teve aspectos de utopia, que hoje só provocam desilusão, e fuga de políticos que estão minimamente interessados em servir a República», frisa.

E conclui, dizendo que «não há mudança de regime que valha, sem que o comportamento dos cidadãos se modifique, e para isso era necessário que houvesse mais instrução e respeito pelos valores éticos ocidentais. Tal não acontece aqui, e pior ainda, o exemplo mundial demonstra, que também não aconteceu por esse universo fora».

«Perigo de uma combustão lenta do Estado»

Pedro Góis, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, não tem dúvidas: «neste momento já estamos a assistir a uma revolta social». «Esta revolta é, no entanto, diferente das anteriores porque



as sociedades mudaram radicalmente nos últimos anos. Não são expectáveis grandes convulsões de rua, manifestações gigantescas ou caos nas ruas mas antes uma revolta silenciosa. Um descrédito, um desacreditar no Estado, na Justiça e na Economia. Esta revolta é uma revolta da não participação: não participar na vida política, não votar, não pagar impostos, não acreditar na Justiça», define.

Considera que «a lógica de funcionamento do Estado, tal como o entendemos, é erodida a tal ponto que este deixa de poder exercer as suas funções e colapsa. Este é o perigo... uma combustão lenta do Estado».

Resaltava que «não assistiremos a um estado caótico pelo menos mais do que já é actualmente. O que assistiremos é à incapacidade do Estado cumprir o seu papel. As receitas do Estado não irão crescer ao mesmo ritmo dos gastos do Estado e a bancarrota está apenas a um passo de ano». «Quando se prepara um par de anos de desemprego galopante, de crise nas exportações e de diminuição da entrada de remessas dos emigrantes e de entrada de divisas por via do turismo, um ano em que o crédito externo está mais caro e é escasso, não se compreende como pode o Estado comprometer tão seriamente receitas potenciais futuras em grandes obras cuja taxa de retorno do investimento são a longo prazo», lamenta.

Reitera que «precisamos de inves-

timentos que gerem receitas imediatamente (como as exportações ou o captar de remessas dos emigrantes), de entrar em novos mercados (China via Macau) (África via Angola) (América do Sul via Brasil). O que o governo tem estado a tentar fazer é empurrar os problemas para o período pós eleitoral esquecendo-se que os problemas não vão desaparecer». **Pedro Góis** afirma que «os subsídios de desemprego têm uma duração limitada, o rendimento mínimo ou de inserção não resolve nem insere e a formação como substituição do emprego tem que ter como objectivo uma reinteegração no mercado de trabalho». «Ao adiar soluções que têm custos eleitorais o Governo está a adiar o fim da crise. Não basta falar da Quimonda e dos Bancos é necessário criar estruturas que permitam às empresas portuguesas crescer exportando e fazê-lo não de forma re-activa mas pró-activa (e.g centros de distribuição em países terceiros)», sublinha.

Frisa que «o caos tende a surgir após as eleições com a falta de estratégia política dos partidos na esfera do poder, incapacidade de gerir o país sem maiorias absolutas, coligações sem nada em comum, etc. Este poderá ser o caos social pós Outubro».

Dada a forma de organização social actual, **Pedro Góis** refere que «as revoltas sociais tenderão a ser micro-revoltas, em torno da fábrica, da empresa, dos bancos, dos centros de saúde ou dos tribunais e não revoluções sociais capazes de causar rupturas de regime». «A possibilidade de gerir estas micro-revoltas tem que ser preparada através de formação das estruturas locais (policiais, administração pública, autoridades municipais) de forma a

que estas compreendam que é possível estancar uma gota de água mas é impossível parar um Tsunami», alerta.

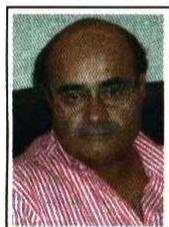
E realça que «o que faz falta a Portugal é envolvimento social e envolvimento político de cada um de nós». Tudo, porque «os partidos políticos tradicionais já não são capazes de envolver o cidadão normal e essa ruptura social afasta eleitos e eleitores de forma definitiva». «Novos partidos como o Movimento Esperança Portugal do Rui Marques estão para a política como a Web 2.0 está para a Internet: um novo paradigma de envolvimento que (re)úna uma sociedade cada vez menos coesa. Estes movimentos partidos são o futuro da democracia em Portugal, não tenho qualquer dúvida disso».

Por fim, o investigador lembra que «Portugal sobreviveu a muitas crises e passará também esta». No entanto, «sempre que tal aconteceu o País sofreu mais do que outros e alguma coisa mudou radicalmente. Também agora sobreviverá mas mudaremos. O Estado terá que sofrer um "update": menos dependência mais meritocracia; menos clientelismo mais democracia; menos corrupção mais transparência, etc. O Estado 2.0».

«Só desta forma evitaremos o "fado" de nos vermos condenados ao fracasso. Portugal é uma Nação com um potencial incomensurável e não serão algumas pedras no caminho que impedirão o País de seguir a sua rota», remata.

«Não nos revoltamos há muito tempo»

Rui Albuquerque, doutorado em Ciência Política, considera «somos um País de brandos costumes, com gente acomodada e dócil» e «a maior parte domesticada». «Não nos revoltamos há



muito tempo e duvido mesmo que alguma vez o povo português o tenha feito. Quem se revolta são as corporações, nomeadamente a classe militar. Ora, como se sabe, ela está também funcionalizada e inteiramente submetida ao poder político», frisa.

Refere que «enquanto estivermos na União Europeia (e estaremos enquanto ela existir), isso não sucederá». «Bruxelas manterá sempre um mínimo de decência para as populações dos estados seus associados. Só se a própria União Europeia colapsasse é que Portugal correria esse risco. Mas não é previsível que isso venha a acontecer», sublinha.

Afirma que nem os despedimentos, as falências constantes e o desespero de milhares de portugueses é suficiente para desencadear um caos social. «O Estado continuará a "pôr a mão por baixo". Neste momento já contrata novecentos mil portugueses. Num futuro próximo, com a onda de estatismo que por aí vai, contratará toda a população activa. Será finalmente cumprido o objectivo do pleno emprego de Keynes. O homem era um visionário...», diz.

E insiste: «os portugueses são incapazes de se revoltarem, como a História mostra à saciedade. Por outro lado, sou um conservador. As rebeliões não me atraem».

Por fim, Rui Albuquerque recorda que «Portugal não é uma Nação, mas um Estado. E vai se-lo cada vez mais. O Estado português é tentacular e não parará de crescer. Virá um tempo em que se alimentará de si mesmo. Nisto, se reparar, todos os partidos estão de acordo: o que é preciso é mais estado, dizem. Não me lembro de escutar um único a dizer o contrário. Em tempos de crise, não é popular. E todos querem ganhar eleições, como é sabido. Mas, como bem dizia o grande João Pinto, prognósticos só no fim do jogo. Aguardemos, portanto».

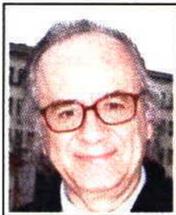
«Resignação»

Boaventura Sousa Santos, sociólogo, diz que «não se pode prever o risco de uma revolta social em Portugal», já que este «é um domínio onde, por vezes, acontecem as profecias auto-cumpridas». Ou seja, «o anúncio reiterado de algum acontecimento grave no futuro próximo pode acabar por contribuir para que ele aconteça de facto. É assim nos mercados e não há razões para não pensar que assim também possa ser na sociedade em geral». «Nunca são as condições objectivas que por si só fazem explodir situações de crise. É preciso que se lhes juntem condições subjectivas: o sentimento geral de que o que está a suceder é muito injusto, pode ser combatido e há alternativas. A revolta surge, sobretudo, quando não existem alternativas credíveis e organizadas na sociedade política», lembra.

O especialista em «Sociologia das Emergências» considera que «não é previsível que atinjamos um "estado social caótico" se por tal se entende o colapso das instituições que garantem a ordem social. Estamos na Europa e há muitas almofadas de amortização da crise ate que se chegue a tal estado». «A questão não é o cansaço, é antes a resignação. Os governos hoje governam menos com o consenso dos cidadãos do que a resignação dos cidadãos. O resignação, por sua vez assenta, na inclusão social de que não há alternativa política. Esta ideia pode ser particularmente forte num País com uma sociedade civil fraca, pouco organizada e com pouca tradição de luta colectiva», adianta.

Boaventura Sousa Santos salienta que «a acumulação dos factores de crise é um processo complexo. As consequências sociais da Grande Depressão de 1929 só começaram a ser vividas pela grande maioria dos norte-americanos em 1933».

Insiste que Portugal «não tem uma sociedade civil muito organizada. Claro, que isto pode favorecer a revolta menos organizada, espontânea. A rebelião poderá surgir se o sistema político se revelar totalmente irresponsável e bloqueado».



Moisés Espírito Santo, Professor Catedrático Jubilado em Sociologia das Religiões da Universidade Nova de Lisboa

«O sistema eleitoral é uma farsa anti-democrática»

O DIABO — Tendo em conta a crise económica, a falta de transparência da classe política, a lentidão da Justiça, Portugal corre o risco de assistir a uma revolta social?

MOISÉS ESPÍRITO SANTO

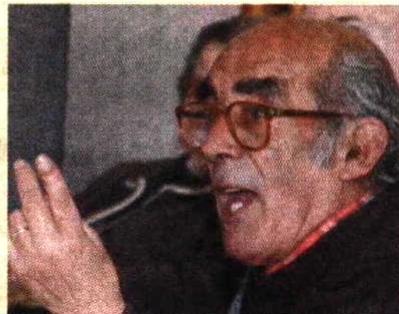
— Eu pergunto antes: «corre-se o risco» ou vai finalmente surgir uma oportunidade de as massas populares se manifestarem? O descrédito no Estado é geral. A Justiça — que é o braço direito do Estado — já está completamente desacreditada. Sem confiança na Justiça não há Estado de Direito e a vida política e económica torna-se insegura e aleatória. A rapina dos dinheiros públicos e a corrupção instalaram-se como coisas normais. Basta abrir os jornais para vermos isso. As eleições perderam todo o interesse. Se olharmos para trás, vemos que a abstenção política entre nós é altíssima (perto de 40 por cento), um recorde na Europa. Nas próximas eleições a abstenção vai continuar ou aumentar. Na Europa, no fim de uma eleição com 30 por cento de abstenção, qualquer chefe de Estado reúne as instâncias competentes e propõe de analisar esse fenómeno grave para a vida política. Em Portugal, onde a abstenção ronda os 40 por cento, nunca nenhum chefe do Estado o fez. Estão-se nas tintas para a abstenção. Os eleitos ficam «vitoriosos» nem que tenham sido votados por meia dúzia de amigos. O lugar, as prebendas do Poder é a única coisa que os preocupa. Entre nós, o sistema eleitoral é uma farsa anti-democrática. Vota-se em partidos e não em candidatos. Vota-se no chefe do partido. Uma regra fundadora da democracia é a do eleitor-elegível. Ora, entre nós, uns são eleitores outros são elegíveis. Se o cidadão não for proposto por uma chefe de partido, não é elegível. Isto é um simulacro de democracia. É a razão da abstenção massiva. Começa aqui o descontentamento popular quanto à «nossa democracia» (a deles) que as sucessivas campanhas eleitorais vão acentuando.

Para chegarmos a um estado social caótico, basta o «cansaço» da população ou teria de haver um factor mais grave?

O desemprego maciço e a prepotência de Estado, dos políticos, dos governantes, com o alheamento destes relativamente à situação do povo, são as razões que levam aos levantamentos populares. Basta uma faúlha para que o incêndio surja. Se não houver faúlha por parte do Governo, alguém nas massas populares a despoletará. O desemprego traz a fome. A Segurança Social esgota-se. A fome já está à vista. A criminalidade contra a propriedade, assaltos e roubos já são o nosso quotidiano. E vem dos bairros carenciados. Portanto, porque vem daqui, há razões objectivas para a rapina que,

até certo ponto, tem alguma justificação sociológica: se for para a sobrevivência. Por enquanto, os ladrões atacam sobretudo as caixas registadoras e as ourivesarias. Com a crise a aumentar, haverá um momento em que os assaltos serão por pequenas quantias ou aos escapartes das lojas, para comer e dar de comer à família. Apesar da crise galopante, a publicidade ao consumo e ao crédito continua agressiva e... enganadora. As solicitações ao consumo em tempo de crise também são uma causa das revoltas populares.

É necessário um factor grave para despoletar a revolta. Mas esse factor grave também pode vir da iniciativa popular, por aproveitamento dum acto prepotente do Estado. O Governo continua a tratar as populações como se não houvesse crise. Dou apenas estes exemplos: as inspecções de automóveis estão a chumbar sistematicamente os carros mais velhos, com aspecto menos novo, por pequenas coisas, por um banco degradado, por um amolgo na lata... E, isto, para obrigar à compra de carros novos (as IPO's propõem-se, assim, resolver a crise da indústria automóvel à custa dos mais pobres). Outro exemplo: há dias, no Algarve, houve um protesto contra uma nova lei sobre a pesca desportiva ou lúdica à linha na região: quando os organizadores do protesto esperavam umas 50 pessoas, apareceram mais de 10.000 e levantou-se a hipótese dum boicote eleitoral. Dizia um manifestante a uma televisão: «Já não basta a crise, anda agora o governo a chatear-nos com estas proibições». Ora, a pesca desportiva, à linha, é um modo de sobrevivência dos reformados pobres e desempregados. Outro exemplo: o Governo anunciou há dias que vai obrigar os automobilistas a colocar um chip nas viaturas, o qual, face ao que já existe nas auto-estradas (Via Verde), servirá para o pagamento das portagens. Com isso os milhares de portageiros vão para o desemprego, os condutores pagam o chip e as empresas das auto-estradas... é só a facturar. Também saiu há dias que as Finanças vão ficar com as casas compradas por particulares desde que o vendedor tenha dívidas ao fisco. Não se trata de casas hipotecadas, mas unicamente por «quaisquer dívidas do vendedor ao fisco». Quem é que vai comprar uma casa perante o risco de ficar sem ela, porque o vendedor não pagou os impostos? Ministério-pirata é como podemos classificar este, o das Finanças. Estes são apenas alguns exemplos de como o Governo não só não resolve a crise como a agrava, penalizando arbitrariamente os cida-



dãos e aumentando os seu estado de insegurança. O Estado português, tal como o conhecemos, sempre foi prepotente, irracional e tirânico. Não tem em conta os direitos e as dificuldades ocasionais dos cidadãos. Sobretudo dos pobres. Veja-se como as Finanças actua para com os pequenos contribuintes e fecha os olhos quando se trata de grandes empresas, banqueiros ou notáveis da política. O povo já o classifica de «Estado-ladrão», um Estado anti-social. Haverá melhor incentivo para a revolta?

«O estado da Nação está deprimente»

Os despedimentos diários, as falências constantes e o desespero de milhares de portugueses é suficiente para desencadear um caos social?

Eu penso (sociologicamente falando) que as revoltas populares são um fermento das mudanças justas. Já que as eleições democráticas são inoperantes, a única via para instaurar um Estado e uma Justiça de Direito será a revolta das massas desfavorecidas pelo próprio Poder político, e impotentes face às políticas anti-sociais dos governos.

Na sua opinião faz falta a Portugal uma rebelião deste género para que se mude o estado de coisa?

O estado da Nação está deprimente. Justiça, Finanças, Economia, Administração pública, Ética política, estão no mais baixo nível desde há 30 anos. A propaganda do actual Governo tem acalmado a revolta, como uma anestesia, mas, cedo ou tarde, essa propaganda deixa de funcionar. Os três actos eleitorais que se aproximam serão os menos concorridos, a abstenção baterá recordes históricos. Mas qual é o político português (que pode ser eleito por meia dúzia de eleitores) se interessa com a abstenção massiva? O que ele espera numa eleição não é apenas a legitimidade para fazer o que quiser, nomeadamente enriquecer-se e enriquecer os seus familiares? A qual dos ministros actuais podemos atribuir uma «ética republicana» de governação? Enfim. Constatamos que há ruptura ou divórcio entre Estado e cidadãos, um ambiente propício a revoltas e caos.

O PAÍS ESTÁ À BEIRA DE UMA REVOLTA SOCIAL?



MOISÉS ESPÍRITO SANTO
PROFESSOR JUBILADO DA UN

«Corre-se o “risco”, ou vai finalmente surgir uma “oportunidade” de as massas populares se manifestarem?»



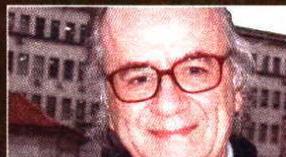
RUI ALBUQUERQUE
DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

«O Estado continuará a “pôr a mão por baixo”»



ROSADO FERNANDES
PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

«A crise mundial trouxe a desculpa ideal para a incompetência, a propaganda do facilitismo e a mentira»



BOAVENTURA SOUSA SANTOS
SOCIÓLOGO

«A rebelião poderá surgir se o sistema político se revelar totalmente irresponsável e bloqueado»



PEDRO GOIS
INVESTIGADOR DO CES DA UC

«Neste momento já estamos a assistir a uma revolta social»